

preços e conter a alta do INPC

Evandro Teixeira

18 □ 1º caderno □ terça-feira, 31/5/83

Governo vai elevar

Brasília — As sucessivas reuniões entre os Ministros do Planejamento, Delfim Neto, da Fazenda, Ernane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, para ajustar a economia brasileira ao compromisso de contenção do déficit público assumido com o Fundo Monetário Internacional já chegaram a um acordo: a retirada dos subsídios do trigo, açúcar e da conta-petróleo não terá a contrapartida dos aumentos de preços computados no cálculo do INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

A informação foi transmitida ontem por alta fonte da área econômica, que revelou estar ainda em discussão entre os Ministros e o presidente do Banco Central a extensão do expurgo da retirada dos subsídios ao cálculo da correção monetária, que serve de base à remuneração dos depósitos em cadernetas de poupança. Por enquanto, apenas o INPC, que serve de base para os reajustes salariais semestrais, para a correção dos aluguéis residenciais (à base de 90% do INPC) e para a fixação dos preços mínimos agrícolas, seria expurgado para seguir recomendação do FMI.

Demora de 10 dias

Essa mesma fonte acrescentou que ainda “poderá” demorar até 10 dias” a preparação final do pacote de medidas para compensar os estouros nas metas do primeiro trimestre para a contenção do déficit público nos Cr\$ 2,8 trilhões prometidos no acordo do FMI. O não cumprimento das metas do déficit público (todas as contas da União, Estados e Municípios cobertas sem receitas próprias, inclusive o serviço de suas dívidas públicas) levou o FMI, há duas semanas, a adiar a liberação da segunda parcela de 411 milhões de dólares do crédito ampliado de 4,8 bilhões de dólares destinado ao Brasil.

Segundo uma bem situada fonte do Ministério da Fazenda, as medidas ainda não foram divulgadas porque dependem de uma decisão final do Presidente da República. Ao longo desta semana, assegurou o informante, o Presidente Figueiredo “vai avaliar os efeitos políticos e sociais das medidas a serem anunciadas na próxima semana”.

Conforme negociou o presidente do Banco Central com o FMI, há duas semanas, o Brasil precisa compensar os estouros no déficit público (que o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, já estimou entre Cr\$ 280 bilhões e Cr\$ 420 bilhões) ao longo dos próximos trimestres para manter a meta de 83 inalterada.

O valor global dos cortes dos gastos públicos e subsídios (de crédito e consu-

mo) para compensar estes desvios e evitar um estouro na meta anual chega a Cr\$ 2 trilhões, segundo a fonte do Ministério da Fazenda. Estes cortes envolveriam os orçamentos da União, das estatais e o Orçamento Monetário (conjunto das contas de aplicação e arrecadação de recursos do Banco Central e Banco do Brasil).

A saída de uma reunião de mais de quatro horas com o Ministro Delfim Neto e o presidente do Banco Central, no Palácio do Planalto, o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, declarou que acha “possível conciliar o (cumprimento do) acordo do FMI com o acordo PTB-PDS (que já implicou na extensão do reajuste salarial, de 100% do INPC para até sete salários mínimos). “Estamos trabalhando para isso”, disse o Ministro. Acrescentou que “a meta do déficit público vai ser cumprida, dependendo da inflação”.

Galvêas admitiu que dentre as medidas em estudo pelo Governo para reduzir o déficit público constam alterações no Imposto de Renda “sobre ativos financeiros”. Ou seja, a tributação sobre as aplicações financeiras pode ser alterada. O Ministro, contudo, não avançou detalhes no estudo, ao deixar o Palácio do Planalto, às 20h30m, garantindo apenas que o “Governo está examinando o que pode ser feito independente da vinda da missão do FMI” (prevista para junho). O déficit público foi apontado pelo Ministro da Fazenda como a área “onde precisam ser feitas algumas correções”.

Um pouco antes, ao deixar a reunião, o presidente do Banco Central admitiu que a missão do FMI para examinar de perto as contas do déficit público deverá vir, “segundo deixei acertado ao sair de Washington, a partir do dia 10”. Langoni reiterou que “o FMI terá interesse de, em conjunto com o Governo brasileiro, corrigir ao longo do ano as distorções do primeiro trimestre”.

Langoni garantiu que o “Governo não pretende mudar a estratégia para assegurar os recursos dos projetos 3 (créditos comerciais de 8,8 bilhões de dólares) e 4 (créditos interbancários de 7,5 bilhões de dólares). Vamos continuar trabalhando na consolidação do projeto 4”.

— Dentro do programa brasileiro existem substanciais recursos para serem desembolsados. Mas, primeiro, temos que resolver as distorções internas — disse o presidente do Banco Central, que considerou as declarações dos banqueiros Yves Laulan (Société Générale) e William D. Mulholland (Banco de Montreal) — de que o Brasil já estava em moratória — “apenas opinião dos dois banqueiros. Não a nossa”.